

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2009**

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia – Cocel submeteu à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa Empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

**CARTA DO PRESIDENTE**

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, patrimônio de todos os campolarguenses, continua sua incessante contribuição para a geração de empregos na nossa cidade, bem como buscando alavancar novas atividades e consequentemente geração nos mais amplos campos.

As realizações do ano de 2009 demonstraram mais uma vez a continuidade da seriedade do trato do dinheiro público, do comprometimento com o atendimento a toda a sociedade, da visão futurística ao almejar-se as tentativas de geração de energia. Mais uma vez pode-se afirmar que os objetivos foram cumpridos em todos os setores da empresa.

A transparência na administração da Companhia possibilita que qualquer cidadão conheça toda a estrutura, organização e operacionalização de todos os campos de trabalho dentro da empresa.

Nenhuma empresa pode parar no tempo, necessita de evolução, modernização, não apenas no campo tecnológico, mas em todos os setores, como o administrativo, financeiro, gerencial, jurídico e demais. A empresa neste momento vislumbra encerrar a evolução, que nada mais é que a adaptação ao novo, ao dinâmico da sociedade campolarguense, do mundo, das necessidades emergentes, de uma forma natural, porém, consciente de que a principal razão é a sobrevivência e crescimento da empresa.

Os funcionários da Cocel, entre eles, aqueles que enfrentam a chuva, sol forte, os mais diversos horários, os riscos de acidentes elétricos, continuam sendo alvo de muita atenção, com treinamentos, fornecimento de equipamentos adequados e sobretudo reconhecimento pela atual administração.

Os investimentos em obras de ampliação, melhoria e reforço de rede de distribuição neste ano de 2009 atingiu o valor de R\$ 4,4 milhões. Outros investimentos somaram R\$ 504 mil, entre veículos e outros bens.

A COCEL no ano de 2009 conquistou novos consumidores que eram atendidos por outras empresas do setor elétrico, em especial citam-se a FIAT e a PORCELANA SCHMIDT S.A, demonstrando competitividade e sobretudo reconhecimento pelo esforço no atendimento a cada empresa instalada no município.

Portanto, também como agente social a COCEL continua contribuindo para o desenvolvimento do Município e de suas instituições, com a destinação de 5% do seu lucro líquido para entidades beneficentes.

A COCEL mantém entre seus objetivos a aproximação com seus consumidores, priorizando sempre o melhor atendimento possível, na busca constante de proporcionar soluções, crescimento e desenvolvimento a todos os interesses residenciais, empresariais, industriais e rurais.

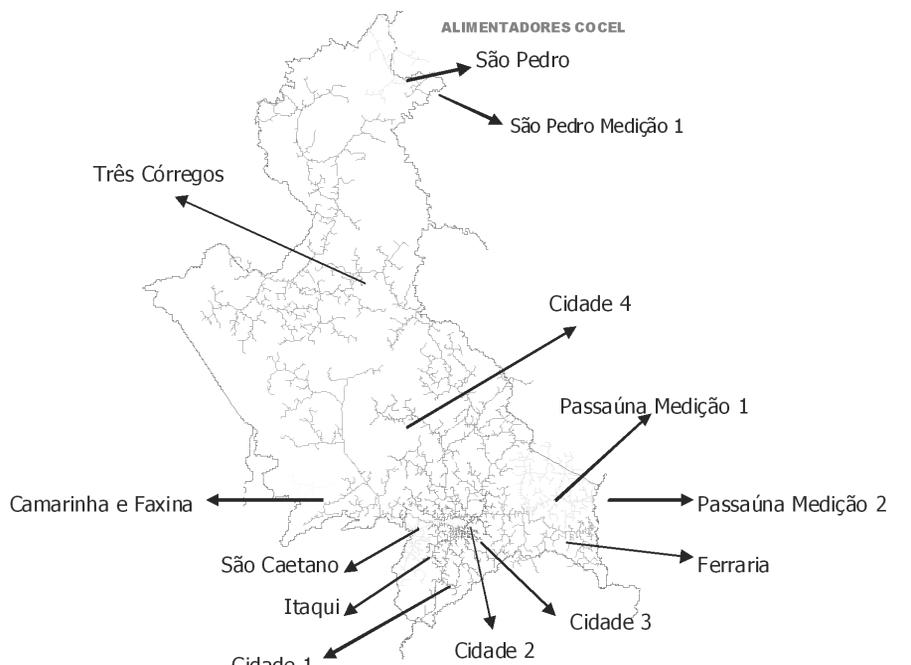
**A EMPRESA**

**PERFIL**

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 88,8% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.359 km<sup>2</sup> e população de 112.548 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2009.

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.



**MISSÃO**

“Atender seus consumidores com qualidade de Energia a preços competitivos”.

**VISÃO**

“Ser uma empresa que atenda ao mercado em suas necessidades de energia, infra-estrutura e serviços correlatos”.

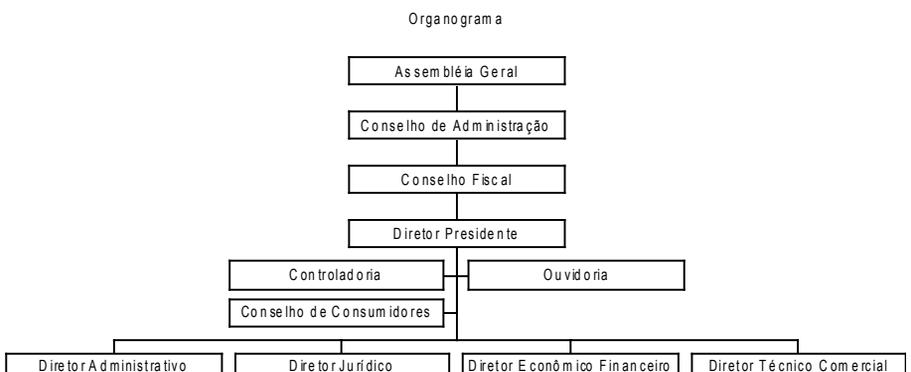
**PRINCIPIOS E VALORES**

“ A Cocel, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores “.

**ORGANIZAÇÃO E GESTÃO**

A Companhia Campolarguense de Energia – Cocel, atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 42 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**



**Assembleia Geral Ordinária:** obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais, examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

**Conselho de Administração:** Composto por dez acionistas eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

**Conselho Fiscal:** Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

**Diretorias:** Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

**Controladoria:** No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº- 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos. Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Companhia Campolarguense de Energia – Cocel, é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2009	2008
Prefeitura Municipal de Campo Largo	444.139.217	444.139.217
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de C. Largo	53.929.780	53.929.780
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

**AUDITORIA EXTERNA**

A Cocel tem como contratada a empresa BDO Trevisan para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e financeiras.

**ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia  
A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 112.548 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2009, e a área de 1.359 km<sup>2</sup>.

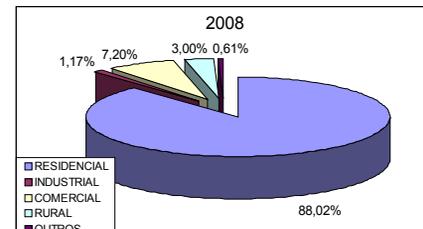
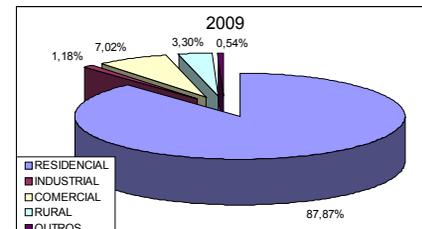
**Atendimento ao Consumidor**

O atendimento aos consumidores é realizado no Setor de Atendimento ao Público na sede Administrativa da Cocel e em outros canais alternativos onde o consumidor pode ter acesso aos serviços da Cocel sem sair de casa. A Cocel conta com um manual de Normas Técnicas a disposição de seus novos consumidores, sobre a instalação de Padrões de Entrada. Disponível na página eletrônica e também em sua Sede Administrativa.

**Novas Ligações de Consumidores**

Foram realizadas no ano 1.403 novas ligações, das quais 1.179 são da classe residencial e 159 da classe Rural. Totalizando no final do exercício de 2009, 38.830 consumidores contra os 37.427 de 2008, o que representa um crescimento de 3,75%. Destaque na classe residencial que representa 87,87% do número de consumidores.

**Nº de Consumidores:**



**Serviço de tele atendimento**

O serviço de call center é oferecido pela Cocel através do telefone 0800 – 726 2121 (ligação gratuita), por meio do qual os consumidores podem fazer solicitações comerciais, reclamações de falta de energia, consultas sobre faturas, sugestões, entre outros serviços.

O Setor de Atendimento gerou um total de 136.842 protocolos de atendimento em 2009. Destes, 61.887 atendimentos foram feitos via call center e 74.955 pelo atendimento pessoal, diretamente em nossa sede administrativa. Cada atendimento feito é registrado por um protocolo, e cada consumidor que entra em contato resulta em média em três atendimentos.

Atualmente o Setor de Atendimento dispõe de softwares especialmente elaborados para registrar de forma segura e eficiente todos os contatos feitos pelos consumidores. O software da central telefônica do 0800 também registra todos as ligações, e possibilita que mesmo aqueles consumidores que não puderam ser atendidos em um primeiro momento recebam o retorno dos atendentes. Quando todos os atendentes estão ocupados, o consumidor é avisado para que deixe sua mensagem e o mais rápido possível um atendente retornará a ligação.

Os novos softwares possibilitaram um melhor atendimento e acompanhamento dos contatos feitos por cada consumidor. Uma vez que cada contato feito está registrado, cada atendimento torna-se um complemento do anterior, tornando este relacionamento entre a Companhia e seus consumidores mais dinâmico e agradável.

O serviço de tele atendimento fica disponível 24 horas por dia, todos os dias.

Atendimentos pelo 0800 – 726 2121	2007	2008	2009 *
Total de ligações atendidas	2.804	9.982	90.429
Percentual de ligações atendidas, do total de ligações registradas	100%	100%	74,7%
Percentual de ligações não atendidas	-	-	25,3%
Tempo médio de espera até o início do atendimento	-	-	45s

\* Apenas em 2009 a Cocel passou a contar com o software que possibilita o registro de todas as chamadas, assim como a separação entre as chamadas atendidas e perdidas.

**Agência virtual**

Através de seu site www.cocel.com.br, a Cocel disponibiliza aos seus consumidores serviços como consulta ao histórico de consumo e valores de faturas, emissão de segundas-vias do boleto para pagamento, solicitação de serviços e informações sobre os agentes arrecadadores e desligamentos programados. As principais notícias da Companhia são encontradas no site, assim como a história da empresa, organograma, normas técnicas e informações para os fornecedores. Através do site, o consumidor também consegue entrar em contato diretamente com o ouvidor, e com os responsáveis de cada setor da Cocel.

**Agentes arrecadadores**

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a Cocel conta com 34 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

**Ouvidoria**

A Ouvidoria da Cocel é um setor independente dos demais, e fica à disposição dos clientes que desejarem fazer sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores.

No ano de 2009, a Ouvidoria atendeu 85 reclamações de clientes, sendo que 40% delas foram feitas via telefone, 55% pessoalmente e 5% foram registradas junto à Aneel.

**ASPECTOS OPERACIONAIS**

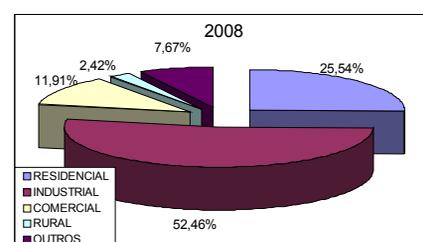
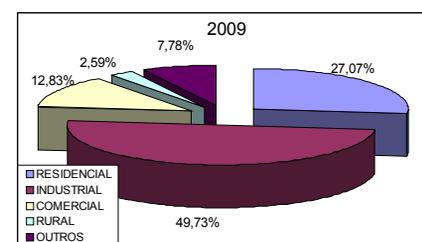
A classe industrial composta por 460 consumidores, representa 1,18% do total de consumidores, 49,73% do mercado de vendas de energia em kWh, e 43,95% do faturamento bruto.

A relação consumidores/empregados passou de 343 para 359 consumidores para cada empregado em 2009.

A energia requerida ao longo do exercício de 2009 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia – COPEL apresentou um crescimento de 2,7%, passando de 230.284 MWh para 236.503 MWh 2009.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2009, totalizou 219.343 MWh um crescimento de 2,43%, comparando com a energia faturada no ano de 2008, que totalizou 214.131 MWh.

**Mercado de Energia Vendida: (MWh)**

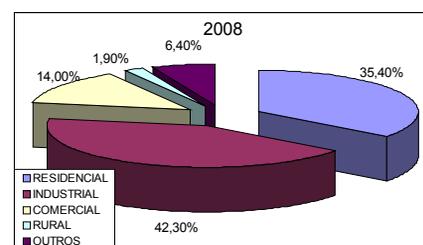
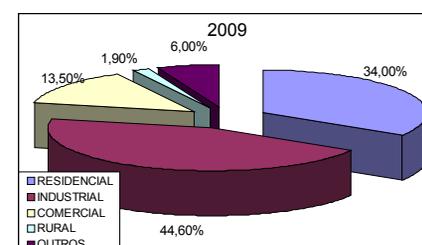


**Receita de Fornecimento de Energia Elétrica**

Em 23 de Junho de 2009, conforme a Resolução Homologatória nº 840/2009-ANEEL, ocorreu o reajuste tarifário anual onde as tarifas foram reajustadas em média 14,37%, sendo 13,60% relativos ao reajuste anual econômico e 0,77% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 12,17% a serem percebidos pelos consumidores cativos.

O faturamento de energia elétrica incluído a receita não faturada apresentou um crescimento de 6,54%, passando de R\$ 70.206 mil para R\$ 74.796 mil em 2009.

**Mercado de Energia Vendida: ( R \$ )**



**Tarifas de Energia Elétrica**

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, Cofins e do Pis/Pasep, atingiu em Dezembro/2009, R\$ 237,45/MWh, aumento de 12,83% em relação a dezembro de 2008.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 7,3%.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh	
	Dez/2009	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2008
Residencial	298,80	267,92
Industrial	211,92	188,40
Comercial	259,88	230,65
Rural	170,50	154,47
Poder Público	265,75	256,24
Outros	166,19	147,87
Tarifa Média	237,45	210,44

**QUALIDADE DO FORNECIMENTO**

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de

**Continuação**  
 DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através do Sistema de Gerenciamento de Redes Elétricas, SGD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício 2009 foram de 13,92 e 8,96 respectivamente.

#### INVESTIMENTOS

Com a finalidade de melhorar a qualidade de segurança da população foram instaladas 458 novas luminárias em diversas ruas centrais e bairros do município, dentre eles em Bateias, Ouro Verde, Saad, Vila Solene, entre outras

As obras executadas nas Redes de Distribuição de Energia Elétrica na área de concessão da Companhia Campolarguense de Energia são divididas nas seguintes categorias:

Ampliação de Rede Urbana e Rural – Tratam-se de investimentos realizados pela COCEL em obras de expansão do seu sistema de distribuição de energia elétrica tanto no perímetro urbano como no interior do Município. Ampliação de alimentadores, redes de iluminação pública, atendimento a condomínios e loteamentos são alguns exemplos de obras de ampliação de rede.

Melhoria de Rede Urbana e Rural – Investimentos efetuados pela COCEL em melhoria de qualidade no fornecimento de energia elétrica a seus consumidores. Trata-se de obras cujo investimento é bancado inteiramente pela COCEL, uma vez que são necessárias para a energia elétrica, que chega até os seus clientes, esteja dentro dos padrões mínimos exigidos pelo órgão regulador (ANEEL).

Reforço de Rede Urbana e Rural – Investimentos realizados na rede de distribuição de energia elétrica sempre que ocorre uma solicitação de aumento de carga por parte dos consumidores e que acarretem uma necessidade de reforço no sistema existente. Programa “Luz para Todos” – Programa de eletrificação rural implantado pela COCEL em parceria com o Ministério de Minas e Energia e a ELETROBRÁS, com o objetivo de criar melhores condições para que os moradores do interior do município tenham acesso aos benefícios da energia elétrica.

#### RESUMO DAS OBRAS REALIZADAS

Ao longo do período, a Cocel aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, tendo como prioridade à população localizada no interior do município através do programa de Eletrificação Rural “Luz para Todos”.

Na tabela abaixo apresentamos um resumo das obras realizadas durante o ano de 2009.

Tipo da Obra	Rede B.T (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst.(kVA)	Qtde. de Obras	Investimento ( R\$ em mil )
Ampliação Urbana	2.991	1.585	122	13	430	33	246
Reforço Urbano	1.046	512	30	19	969	22	204
Melhoria Urbana	10.624	4.463	347	37	1.135	79	1.235
Ampliação Rural	1.927	4.638	108	28	485	31	221
Reforço Rural	167	2.802	25	12	403	12	50
Melhoria Rural	4.688	6.887	247	39	575	55	555
Luz para Todos	5.524	29.637	454	98	1.055	99	1.008
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	219
Medidores Urbanos / Ramal Aéreo	-	-	-	-	-	-	614
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	41
<b>TOTAL</b>	<b>26.967</b>	<b>50.524</b>	<b>1.333</b>	<b>246</b>	<b>5.051</b>	<b>331</b>	<b>4.393</b>

Com base nessas informações podemos destacar alguns pontos:

- 42% dos investimentos (aproximadamente R\$ 1.834 mil) foram empregados em obras no interior do município com destaque para o Programa Luz para Todos onde foram aplicados 23% dos investimentos do ano.

- Aproximadamente R\$ 1.235 mil, foram aplicados em obras de melhoria das redes de distribuição de energia em todo o município.

- Investimento total da Cocel em 2009, totalizou 4,9 milhões, incluindo-se Veículos e outros bens.

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição		
Sistema de Distribuição	2009	2008
Redes de distribuição – Baixa Tensão (Km)	725	698
Redes de distribuição – Alta Tensão (Km)	1.412	1.362
Postes – (un)	28.735	27.042
Transformadores – (un)	3.586	3.340
Potência instalada em Transformadores (KVA)	89.699	84.648
Consumidores	38.830	37.427

#### Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

#### Programa “Luz para Todos”

##### O que é o programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa está orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

#### HISTORICO DAS OBRAS DE “LUZ PARA TODOS”

Nas obras do Programa Luz para Todos, a COCEL fornece a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL atendeu no ano de 2009, 140 consumidores e desde o início do Programa, em Setembro de 2004, o total de clientes atendidos já chega a 1.121 - cerca de 5.400 habitantes.

##### QUADRO DE METAS FÍSICAS DO PROGRAMA (PREVISTO X REALIZADO)

Tipo	Realizado 2004/2008	Realizado em 2009	Realizado Total
Consumidores	981	140	1.121
Padrões de entrada	970	139	1.109
Kit Instalação interna	804	134	938
Km de rede A.T.	249	30	279
Km de rede B.T.	28	6	34
Postes	2.911	454	3.365
Transformadores	300	98	398
Potência instalada (kVA)	6.402	1.055	7.457

##### Programa “Luz Fraterna”:

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o Bolsa Família cadastrado e consumam no máximo 100 KWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2008	2009
Nº de residências atendidas	2.300	1.929
Residências atendidas pelo Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	6,98%	5,66
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	420	268
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	1,66%	1%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	420	268

##### Tarifa de baixa renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Resolução 246, de 30/04/202 e também pela Resolução 485, de 29/08/2002 da ANEEL, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com os seguintes critérios:

A todos os consumidores residenciais com ligação monofásica que consomem até 79 KWh na média anual;

A todos os consumidores residenciais com ligação monofásica que consomem até 220 KWh na média anual, que tiverem o cartão do Bolsa Família cadastrado.

Tarifa de Baixa Renda	2008	2009
Nº de residências atendidas	9.611	9.354
Residências atendidas pelo Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	29,18%	27,41%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	1.646	1.479
Total da receita de faturamento da classe de consumo “Baixa Renda” em relação ao total da receita do faturamento residencial	10,06%	5,48%
Subsídio recebido da Eletrobras, relativo aos consumidores do “Baixa Renda” (R\$ mil)	1.646	1.479

##### Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

A COCEL ao elaborar o Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica objetivou ações aplicadas à conscientização da correta utilização do uso da energia elétrica, as quais têm objetivado a educação da sociedade, no sentido do combate ao desperdício, postergando assim obras de expansão do sistema elétrico.

A COCEL investirá R\$ 350 mil no ano de 2010 em projetos que compreendem uma metodologia de aplicação de religadores monofásicos dedicados à rede de distribuição baseada em otimização de indicadores de continuidade, um software que implementará tal metodologia para uso da COCEL e um projeto piloto em alimentador de distribuição.

##### Projetos de Eficiência Energética

A COCEL investirá 100% dos recursos devidos em projeto de uso final, na eficiência energética em atendimento a Comunidades de Baixa Renda. Os consumidores contemplados pelo projeto, serão selecionados pelos arquivos existentes por consumidores possuidores do Cartão Bolsa Família , com consumo acima de 100Kwh, pois os com menos de 100kwh foram contemplados

o programa passado.

Total de 2.896 consumidores que participarão do atual programa.

A COCEL, realizará um levantamento das instalações elétricas, visando analisar o perfil de utilização de energia em cada residência, para subsidiar com dados técnicos os clientes contemplados na etapa de substituição de geladeiras pouco eficientes por refrigerador de 01 porta com selo PROCEL/INMETRO, categoria “A”, de economia de energia elétrica, capacidade de 252 litros com consumo mensal máximo de 23,7 kWh/mês. Nesta etapa serão distribuídas 03 (três) lâmpadas fluorescentes compactas de 15 W com selo PROCEL/INMETRO (para substituírem na mesma quantidade, lâmpadas incandescentes de 60 W) a cada unidade consumidora participante do programa.

Após a seleção serão substituídos 500 (quinhentos) refrigeradores.

- Investimento previsto : R\$ 532 mil.

##### LAJIDA ou EBITDA

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização ( Lajida ou Ebitda ) totalizou 5,0 milhões e margem de 11,33%, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rúbrica	2009	2008	2007
Depreciação / Amortização	2.432	2.368	2.256
Resultado das Atividades	2.597	5.579	7.085
EBITDA	5.029	7.947	9.341
Receita Operacional Líquida	44.372	42.919	42.117
Margem do EBITDA - %	11,33%	18,52%	22,18%

#### POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

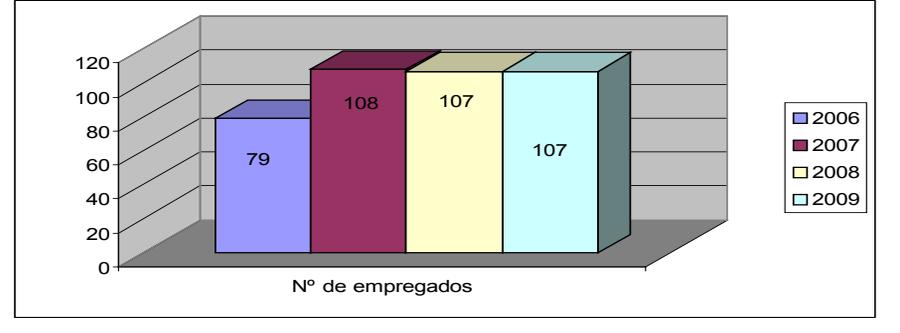
Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou pôr pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2009, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.450 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 700 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

##### Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 107 colaboradores.



##### Programa de Alimentação

A Cocel distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 507 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

##### Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionário é em média de 61% (sessenta e um por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizado campanha de vacinação anti-gripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

##### Convênio odontológico

Em parceria com o Sindicato dos Eletricitários do Estado do Paraná, a Cocel mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Se estende também aos dependentes. Sobre a carga do funcionário sindicalizado 10% ou 50%, dependendo do tipo de tratamento. Na maioria dos tratamentos, 80% do valor é pago pela Cocel e outros 10% pelo Sindicato.

##### Convênio Farmácia

A Cocel mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

##### Educação e Treinamento:

##### Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Ceneccia Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com 08 estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a mão-de-obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com a Fundação João XXIII no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 08 menores desenvolveram atividades na Companhia.

##### Ajuda de Custo de Material Escolar

A Cocel conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos 34 mil.

##### SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Mantemos uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais

##### Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 40 mil em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manter seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária. Houve ainda investimento de R\$ 34 mil referente a ajuda de custo de material escolar para os dependentes de seus empregados e um investimento referente a aposentadoria privada Brasil Prev no valor de R\$ 21 mil.

##### Cursos e Palestras Realizados na Companhia

Cursos	Carga Horária	Total de Funcionários Treinados.
Curso de Cipeiro	20 h	14
Trabalhador na Operação e Manutenção de Motosserra	40 h	6
Utilização de Cesto Aéreo	2 h	9
Reciclagem Biental – NR10	16 h	37
Cursos - SIPAT	Carga Horária	Total de Funcionários Treinados.
Primeiros Socorros	1 h	59
Prevenção DST’s – Doenças Sexualmente Transmissíveis	1 h	37
Motivação	1 h	43
Nutrição	1 h	45
Treinamento de Combate a Incêndios	1 h	49

#### BALANÇO SOCIAL

1.Base de Cálculo	2008 – Valor (R\$ mil)			2009 – Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	42.919			44.372		
Lucro Operacional	4.626			1.681		
Folha de Pagamento Bruta	6.815			7.270		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	% s o b r e FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	490	7,2%	1,1%	507	7,0%	1,1%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	1.562	22,9%	3,6%	1.647	22,7%	3,7%
Previdência privada	21	0,3%	0,0%	21	0,3%	0,0%
Saúde	409	6,0%	0,9%	406	5,6%	0,9%
Segurança e Medicina no Trabalho	150	2,2%	0,4%	62	0,9%	0,1%
Educação	84	1,2%	0,2%	74	1,0%	0,2%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	31	0,4%	0,1%	19	0,3%	0,0%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	325	4,8%	0,8%	361	5,0%	0,8%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	3.072	45,1%	7,2%	3.097	42,6%	7,0%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre RO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre RO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz no Para Todos”	1.096	16,1%	2,6%	1.008	13,9%	2,3%
Programa de pesquisa e eficiência energética	246	3,6%	0,5%	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	1.342	19,7%	3,1%	1.008	13,9%	2,3%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	26.228		61,1%	26.408		59,5%
Total – Indicadores Sociais Externos	28.912		67,4%	27.416		61,8%

*Continua*

4) Indicadores do Corpo Funcional	2008	2009
	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	107	107
Nº de empregados terceirizados	39	42
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	34	34
2º Grau	53	45
1º Grau	20	28
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	21	16
De 30 até 45 anos (exclusive)	60	52
Acima de 45 anos	27	39
Admissões durante o período	12	3
Demissões durante o período	13	4
N.º de mulheres que trabalham na empresa	20	23
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	15,4%	23,1%
Estagiários	7	4
Menor Aprendiz	5	4

5)- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
2009			2008			
Relação entre a maior e a menor remuneração	11,05		13,22			
Nº total de acidentes de trabalho	02		02			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	( x ) pela direção	( ) direção e gerências	( ) todos os empregados	( x ) pela direção	( ) direção e gerências	( ) todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	( x ) pela direção	( ) direção e gerências	( ) todos os empregados	( ) pela direção	( X ) direção e gerências	( ) todos os empregados

A previdência privada contempla	( ) pela direção	( ) direção e gerências	( x ) todos os empregados	( ) pela direção	( ) direção e gerências	( x ) todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	( ) pela direção	( ) direção e gerências	( x ) todos os empregados	( ) pela direção	( ) direção e gerências	( X ) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	( ) não são considerados	( x ) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não são considerados	( x ) são sugeridos	( ) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	( ) não se envolve	( x ) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( x ) apóia	( ) organiza e incentiva

#### AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/ consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2009.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2009.

UDO SCHMIDT NETO  
DIRETOR PRESIDENTE

EMIGDIO STOCO  
DIRETOR ECONÔMICO/FINANCEIRO

HEITOR OTÁVIO DE JESUS LOPES  
DIRETOR JURÍDICO

ACHILLES AMADEU MUNARETTO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

GERSON OSMAR GABARDO  
DIRETOR TÉCNICO

## Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008	Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008	
<b>CIRCULANTE</b>		R\$ mil	<b>CIRCULANTE</b>	R\$ mil			
Numerário disponível	4.201	6.011	Fornecedores	3.877	3.299		
Consumidores, concessionários e Permissionários	8.571	7.109	Folha de pagamento	417	328		
Devedores diversos	1.177	659	Tributos e contribuições sociais	3.171	1.736	1. Geração do Valor Adicionado	
Serviços em curso	23	-	Participação nos lucros	361	324	Receitas de vendas de energia	74.796
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(728)	(676)	Dividendos e juros sobre capital próprio	948	1.000	Outras Receitas de serviços	826
Almoxarifado	803	818	Empréstimos e financiamentos	197	139	Menos :	
Despesas pagas antecipadamente	886	432	Credores diversos	264	569	Insumos	
Outros créditos	476	412	Obrigações estimadas	716	641	Custo da energia comprada	(31.538)
	<b>15.409</b>	<b>14.765</b>	Encargos do consumidor	250	391	Outros custos operacionais	(573)
			Encargos tarifários	8	9		
			Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	1.250	986		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			Provisões para contingências	12	30	2. Valor Adicionado Bruto	41.142
Títulos e valores mobiliários	195	195	Outras contas a pagar	280	240	Quotas de reintegrações	2.432
Depósitos judiciais - Tributos a compensar	1.247	1.146		<b>11.751</b>	<b>9.692</b>		
Outros	336	327				3. Valor Adicionado Líquido Gerado	38.710
	<b>1.778</b>	<b>1.668</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			Receitas financeiras líquidas	1.188
			Tributos e contribuições sociais	1.135	1.135	4. Valor Adicionado a Distribuir	39.898
			Empréstimos e financiamentos	1.973	1.972	5. Distribuição do Valor Adicionado	
Investimentos	290	290	Provisões para contingências	221	375	Remuneração do trabalho	7.982
Imobilizado	30.378	28.375		<b>3.329</b>	<b>3.482</b>	Governos: Impostos e Contribuições	28.556
Intangível	110	148				Encargos Financeiros e Variação Monetária	849
	<b>30.778</b>	<b>28.813</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			Juros s/capital próprio / dividendos	1.450
			Capital social	25.000	25.000	Lucros retidos	700
	<b>32.556</b>	<b>30.481</b>	Reservas de lucros	7.885	7.072	Participação nos Lucros	361
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>47.965</b>	<b>45.246</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>47.965</b>	<b>45.246</b>	Total	39.898

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	R\$ mil Total
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>22.000</b>	<b>750</b>	<b>7.172</b>	<b>(503)</b>	<b>29.419</b>
<b>Aumento do Capital Social: AGO/AGE - 08/04/2008</b>					
- Com reservas	3.000	-	(3.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.653	4.653
Destinação do Lucro proposta a AGO:					
- Ajuste de Exercício Anterior	-	-	(503)	503	-
- Reserva Legal	-	233	-	(233)	-
- Reserva de retenção de lucro	-	-	2.420	(2.420)	-
Juros s/Capital próprio (R\$ 4,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(2.000)	(2.000)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>25.000</b>	<b>983</b>	<b>6.089</b>	<b>-</b>	<b>32.072</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.263	2.263
Destinação do Lucro proposta a AGO:					
- Reserva Legal	-	113	-	(113)	-
- Reserva de retenção de lucro	-	-	700	(700)	-
Juros s/Capital próprio (R\$ 2,90 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.450)	(1.450)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>25.000</b>	<b>1.096</b>	<b>6.789</b>	<b>-</b>	<b>32.885</b>

### Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	2009	R\$ mil reclassificado	2009	R\$ mil 2008
<b>Receita Operacional</b>			<b>Atividades Operacionais</b>	
Fornecimento de energia elétrica	74.796	70.206	Lucro líquido do exercício	2.263
Outras	825	685	Ajustes do Exercício anterior	-
	<b>75.621</b>	<b>70.892</b>	Despesas (receitas) que não afetam o caixa	-
			Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52
<b>Deduções à Receita Operacional</b>			Depreciação e amortização - Investimentos	2.196
lcms	(20.003)	(17.141)	Crédito PASEP/COFINS Depreciação	454
Pasep / Pis	(1.249)	(1.177)	Baixas do imobilizado em serviço	110
Cofins	(5.741)	(5.424)	Provisões no Passivo Circulante e Não Circulante (172)	44
Quota para reserva global de reversão	(425)	(428)		<b>4.903</b>
Conta de Desenvolvimento Energético	(1.898)	(1.697)	<b>Variação no Ativo Circulante</b>	
Quota para a conta de consumo de combustível	(1.497)	(1.636)	Consumidores e revendedores	(1.462)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficientização Energética	(436)	(470)	Serviços em curso	(23)
	<b>(31.249)</b>	<b>(27.973)</b>	Outros créditos	(64)
			Estoque	15
			Pagamentos antecipados	-
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>44.372</b>	<b>42.919</b>	Conta Compensação Variação Parcela "A"	(454)
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>			Devedores diversos	(518)
Energia elétrica comprada para revenda	(28.538)	(24.634)		<b>(2.506)</b>
Pessoal	(3.091)	(2.580)	<b>Variação no Passivo Circulante</b>	
Material	(441)	(463)	Fornecedores	578
Serviços de terceiros	(807)	(779)	Folha de pagamento provisões trabalhistas	164
Depreciação e amortização	(1.851)	(1.953)	Tributos e contribuições sociais	1.434
Outras	(275)	(378)	Variação de dividendos declarados	(52)
	<b>35.003</b>	<b>(30.787)</b>	Conta Compensação Variação Parcela "A"	(294)
			Programa Eficient. Energética e Pesquisa e Desenv.	264
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>9.369</b>	<b>12.132</b>	Outras contas a pagar	(53)
<b>Despesas Operacionais</b>				<b>2.041</b>
Despesas com Vendas	(1.581)	(1.656)	<b>Aplicação no Ativo não Circulante</b>	
Despesas Gerais e Administrativas	(4.971)	(4.840)	Depósitos judiciais	(102)
Outras despesas operacionais	(220)	(57)	Tributos e Contribuições Sociais	(9)
	<b>(6.772)</b>	<b>(6.553)</b>	Redução Ativo Não Circulante	-
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>2.597</b>	<b>5.579</b>	Amortização Ativo Regulatório	-
<b>Receita ( Despesa ) Financeira</b>				<b>(111)</b>
Renda de Aplicações financeiras	374	526	<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>4.327</b>
Variação monetária e acréscimo moratório-energia vendida	669	696	<b>Atividades de Investimentos</b>	
Outras receitas financeiras	183	320	Aplicações no imobilizado - obras de distribuição	(4.701)
Juros sobre capital próprio	(1.450)	(2.000)	Contribuições do consumidor	173
Outras despesas financeiras	(886)	(496)	Depreciação contribuição consumidor	(218)
	<b>(1.110)</b>	<b>(954)</b>		<b>(4.746)</b>
			<b>Atividades de Financiamentos</b>	
<b>Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda</b>	<b>1.487</b>	<b>4.625</b>	Empréstimos e financiamentos obtidos	428
Contribuição social	(93)	(450)	Amortização de empréstimos	(151)
Imposto de renda	(220)	(1.198)	Juros Financeamentos	(218)
			Juros sobre Capital Próprio	(1.450)
<b>Lucro Antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio</b>	<b>1.174</b>	<b>2.977</b>		<b>(1.391)</b>
Participações nos Lucros	(361)	(325)	<b>Total de Efeitos no Caixa</b>	
Reversão dos juros sobre o capital próprio	1.450	2.000	Saldo inicial de caixa	6.010
			Saldo final de caixa	4.201
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.263</b>	<b>4.652</b>	<b>Variação no Caixa</b>	<b>(1.809)</b>
<b>Lucro Líquido por mil ações do Capital Social - R\$</b>	<b>4,5</b>	<b>9,3</b>		<b>2.268</b>

Continua

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 88,8% do seu Capital Social. A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.359 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

## 2. DA CONCESSÃO

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica, através da portaria nº 530 de 1º de Dezembro de 1998 do Ministério de Minas e Energia - MME, com vencimento em 07/07/2015.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

Reajuste Tarifário Anual;

Revisão Tarifária Extraordinária;

Revisão Tarifária Periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/99, que foi assinado em 30 de Março de 1999, a COCEL passou pela segunda revisão tarifária periódica em 24 de Junho de 2008 que constituiu em estabelecer o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a determinação do Fator X.

A Cocel solicitou a Aneel, alteração da data dos Reajustes de 29 de Março para 24 de Junho, o qual foi concedido através da Resolução Homologatória nº 603 de 22/01/2008, publicada no Diário Oficial da União em 29/01/2008, onde autoriza a alteração da data contratual da segunda revisão tarifária, bem como prorroga a vigência das tarifas de fornecimento de energia elétrica.

O Fator X considera os ganhos de produtividade da concessionária, previstos para o próximo período tarifário, decorrentes do crescimento do mercado atendido; a avaliação do grau de satisfação na percepção do consumidor; bem como a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro definida na revisão tarifária periódica;

O Fator X é estabelecido em função dos seguintes componentes:

Xe que reflete os ganhos de produtividade esperados derivados da mudança na escala do negócio por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto pelo aumento do consumo dos consumidores existentes, como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias, calculado em cada revisão tarifária periódica;

Xc que reflete a avaliação dos consumidores sobre a sua concessionária, sendo obtido mediante a utilização do resultado da pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, calculado em cada reajuste tarifário anual;

Xa que reflete a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para o componente mão-de-obra da Parcela B da concessionária, calculado em cada reajuste tarifário anual.

No contrato de concessão, a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os chamados “custos não gerenciáveis” pela concessionária, relacionados à distribuição de energia elétrica e explicitamente indicados no contrato. São custos cujo montante e variações escapam à vontade ou influência da concessionária, como a energia elétrica adquirida para atendimento aos clientes, os custos de transmissão e os encargos setoriais.

A Parcela B compreende o valor remanescente da receita, envolvendo, portanto, os ditos “custos gerenciáveis”. São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária – ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros). Além destes, a Parcela B inclui a remuneração do capital e os tributos. Os contratos de concessão contemplam procedimento específico para reajuste dessas parcelas durante cada ano do período tarifário.

## REVISÃO TARIFÁRIA DA COCEL EM 2008

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão (geralmente de 4 anos), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Destaca-se que enquanto nos reajustes tarifários anuais a “Parcela B” da Receita é atualizada monetariamente pelo IGP-M, no momento da revisão tarifária periódica são calculadas a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados, com prudência.

A revisão tarifária periódica é realizada mediante o cálculo do reposicionamento tarifário e do estabelecimento do Fator X.

A Resolução Homologatória Aneel nº 664, de 23 de junho de 2008, homologou o resultado provisório da Segunda revisão tarifária periódica, a serem aplicadas a partir de 24 de junho de 2008, considerando o reajuste médio total negativo de 9,91%, sendo negativo de 11,64% relativos ao reposicionamento tarifário e positivo de 1,73% relativo aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. A Segunda etapa consiste no cálculo do fator X, que é o estabelecimento de metas de eficiência para o segundo período tarifário que serão expressas na tarifa. Com base na metodologia estabelecida pela resolução nº 234/2006, o calculo preliminar de Xe para a Cocel resultou em 0,20%. A Resolução Normativa Aneel nº 338, de 25 de novembro de 2008 alterou as disposições da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 que disciplina o assunto, e estabeleceu novos conceitos gerais, metodologias aplicáveis e procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. No próximo reajuste tarifário serão revistos os índices publicados em 2008.

## REAJUSTE TARIFÁRIO 2009

Em 23 de Junho de 2009, conforme a Resolução Homologatória nº 840/2009-ANEEL, ocorreu o reajuste tarifário anual quando as tarifas foram reajustadas em média 14,37%, sendo 13,60% relativos ao reajuste anual econômico e 0,77% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 12,17% a serem percebidos pelos consumidores cativos.

## 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº. 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### ATIVO CIRCULANTE

### DISPONIBILIDADES

Estão representadas por depósitos bancários avaliadas ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2009	2008
Caixa	14	6
Contas Bancárias a Vista	953	632
Numerários em Trânsito	751	207
<b>Total</b>	<b>1.718</b>	<b>845</b>

Numerários em trânsito:

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

### APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 2.483 (R\$ 5.166 em 2008), estão concentradas na Caixa Econômica Federal, e são remuneradas com base na variação do fundo DI.

### 4.3. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal, é feito a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2009	2008
Fornecimento Faturado	5.525	4.645
Fornecimento n/Faturado	2.746	2.238
Outros	300	226
<b>Total</b>	<b>8.571</b>	<b>7.109</b>

O fornecimento faturado apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldo vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
Consumidores				2009	2008
Residencial	1.055	1.018	301	2.374	1.859
Industrial	1.222	289	107	1.618	1.614
Comercial	402	407	169	978	683
Rural	30	16	-	46	39
Poder Público	127	10	60	197	138
Iluminação Pública	187	-	-	187	167
Serviço Público	102	-	-	102	94
Governo do Paraná – Luz Fraterna	23	0	-	23	51
<b>Total</b>	<b>3.148</b>	<b>1.740</b>	<b>637</b>	<b>5.525</b>	<b>4.645</b>

## 4.4. DEVEDORES DIVERSOS

	2009	2008
Tributos e Contribuições Sociais	1.093	578
Empregados	84	81
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>1.177</b>	<b>659</b>

## 4.5. PROVISÃO P/ CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

O valor da PCLS reconhecida é considerada suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencidos a mais de 90 dias, classe comercial vencidos a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

	2009	2008
Consumidores e Revendedores		
Residencial	384	373
Industrial	106	105
Comercial	176	136
Rural	-	-
Poder Público	62	62
<b>Total</b>	<b>728</b>	<b>676</b>

## 4.6. ESTOQUE

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição no montante de R\$ 803 (R\$ 818 em 31 de Dezembro de 2008) e não excedem ao valor de mercado.

## 4.7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Conta de Compensação e Variação de Valores de itens da parcela “A” – CVA: registra as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente pagos ao longo do ano tarifário dos seguintes itens: Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Programa de Incentivo a fontes alternativas de Energia - PROINFA e o Custo de Aquisição de Energia Elétrica;

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência.

	2009	2008
CCC	557	306
CDE	115	17
PROINFA	107	36
CVA – energia	34	-
Prêmios de Seguros	73	73
<b>Total</b>	<b>886</b>	<b>432</b>

## 4.8. OUTROS CRÉDITOS

	2009	2008
RGR a Compensar	17	30
Serviços Prestados a Terceiros	253	391
Desativações de bens em curso	9	(34)
Alienações em curso	(17)	(17)
Outros	214	42
<b>Total</b>	<b>476</b>	<b>412</b>

## ATIVO NÃO CIRCULANTE

## 4.9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

O valor de R\$ 195 mil, refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

### 4.10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Depósitos judiciais efetuados em conta vinculada da Caixa Econômica Federal, referente a processos judiciais em discussão junto à União Federal referentes ao Cofins/Pasep e CPMF.

Os mesmos valores são demonstrados em contra partida com o Passivo Não Circulante, demonstrado no item 4.26 das N.E’s.

	2009	2008
COFINS	915	915
PASEP	192	192
CPMF	28	28
Outros Depósitos Judiciais	112	10
lcms a compensar	336	327
<b>Total</b>	<b>1.583</b>	<b>1.472</b>

## 4.11. INVESTIMENTO

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de Dezembro de 1995.

	2009	2008
Participações Soc. Permanentes (-) Provisão para Desvalorização	56 (47)	56 (47)
Sub-total	9	9
Outros Investimentos	281	281
<b>Total</b>	<b>290</b>	<b>290</b>

## 4.12. IMOBILIZADO

				Total Líquido
	Custo	Depreciação Acumulada	2009	2008
Distribuição				
Edificações, obras civis e benfeitorias	9	(7)	2	3
Máquinas e Equipamentos	48.336	(16.828)	31.508	28.938
Veículos	1.998	(1.237)	761	604
Móveis e Utensílios	3	(1)	2	2
	50.346	(18.073)	32.273	29.547

Imobilizado em Curso				
Máquinas e Equipamentos	1.131	-	1.131	1.526
Material em depósito de obras	2.442	-	2.442	2.535
Compras em andamento	8	-	8	-
	3.581	-	3.581	4.061
	53.927	(18.073)	35.854	33.608

Administração				
Terrenos	279	-	279	279
Edificações, obras civis e benfeitorias	397	(279)	118	134
Máquinas e Equipamentos	562	(320)	242	250
Veículos	193	(105)	88	122
Móveis e Utensílios	155	(129)	26	32
	1.586	(833)	753	817

Imobilizado em Curso				
Máquinas e Equipamentos	3	-	3	-
	3	-	3	-
	1.589	(833)	756	817

Comercialização				
Máquinas e Equipamentos	49	(14)	35	38

Veículos	31	(19)	12	18
Móveis e Utensílios	12	(7)	5	5
	92	(40)	52	61

Participação Financeira				
Participações e Doações – Imobilizado em Serviço	(4.712)	-	(4.712)	(4.632)
( - ) Reintegração Acumulada	234	-	234	16
Participações e Doações – Imobilizado em Curso	(1.806)	-	(1.806)	(1.494)
	(6.284)	-	(6.284)	(6.111)

	49.321	(18.946)	30.378	(6.111)
--	--------	----------	--------	---------

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAMEE nº 815 de 30 de Novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02 de 24 de Dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de Março de 1999. Em função do disposto nas instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Mensalmente, são apropriadas às imobilizações em curso, através de rateio de até 10% dos gastos com pessoal e serviços de terceiros apropriados às ordens em curso.

## 4.13. DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS OBRAS IMOBILIZADAS E BAIXADAS:

DESCRIÇÃO	IMOBILIZAÇÕES	BAIXAS
Ampliação de Rede Urbana	416	24
Ampliação de Rede Rural	208	11
Reforço de Rede Urbana	169	25
Reforço de Rede Rural	92	14
Melhoria de Rede Urbana	1.426	206
Melhoria de Rede Rural	625	38
Luz P/ Todos	1.213	19
Equipamentos Geral	157	-
Veiculos	443	-
Moveis e Utensílios	-	-
Intangíveis / Softwares	-	-
Medidores	614	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.363</b>	<b>337</b>

## 4.14. TAXAS DE DEPRECIÇÃO

De acordo com a resolução ANEEL nº 02 de 24 de Dezembro de 1997, as taxas de depreciação, dos principais bens e instalações da Companhia registrados e controlados por Unidade de Cadastro – UC, são as seguintes:

Estrutura – Distribuição	5,0%
Condutor – Distribuição	5,0%
Luminária	7,7%
Medidor	4,0%
Transformador de Distribuição	5,0%
Veículo	20,0%
Equipamento Geral	10,0%
Edificação	4,0%

## 4.15. DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de Fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

## 4.16. INTANGÍVEL

	2009	2008
Distribuição		
- Em Serviço	181	181
- ( - ) Depreciação Acumulada	(147)	(111)
Soma	34	70
Administração		
- Em Serviço	162	152
- ( - ) Depreciação Acumulada	(92)	(73)
- Em Curso	6	-
Soma	76	79
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>149</b>

	2009	2008
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
<b>4.17. FORNECEDORES</b>		

	2009	2008
Energia Comprada p/ Revenda	3.626	3.022
Materiais e Serviços	251	277
<b>Total</b>	<b>3.877</b>	<b>3.299</b>

## 4.18. FOLHA DE PAGAMENTO

	2009	2008
Saldo Salários a Pagar	317	229
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	86	83
Consignações em favor da Concessão e/ou terceiros	14	16
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>328</b>

## 4.19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2009	2008
ICMS	1.985	1.317
FGTS	47	38
INSS	118	108
COFINS	300	21

**4.23. ENCARGOS TARIFARIOS**

	2009	2008
Encargos de Capacidade Emergencial	8	8
Total	8	8

**4.24. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

	2009	2008
F.N.D.C.T	17	108
M.M.E.	9	54
Instituições de Pesquisa	411	291
Programa de Eficiência Energética	813	533
Total	1.250	986

**4.25. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**

	2009	2008
Contribuição p/Custeio de Serv. II.Pública	191	152
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	71	71
Cauções em Garantia	8	7
Outros	10	10
Total	280	240

**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**  
**4.26. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

Valores demonstrados em contra partida no Ativo Não Circulante, conforme item 4.10 das N.E.'s.

	2009	2008
COFINS	915	915
PASEP	192	192
CPMF	28	28
Total	1.135	1.135

**4.27. EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO**

	2009		2008	
	Principal + Circulante	Encargos Não Circulante	Principal + Circulante	Encargos Não Circulante
Em Moeda Nacional				
Eletrobrás				
ECF 063/04	42	250	42	292
ECF 116/05	97	676	97	772
ECF 182/07	58	504	-	583
ECF 212/08	-	543	-	325
Total	197	1.973	139	1.972

Taxa de Juros de 5% ano. "PRO RATA TEMPORIS" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

**4.28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

	2009		2008	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	147	-	95
Outras	12	74	30	280
Total	12	221	30	375

Em atendimento a Deliberação da CVM nº 489/2005, destacamos que valor das causas Cíveis e Trabalhistas estão classificadas como de perdas possíveis ou de muito prováveis.

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**4.29. CAPITAL SOCIAL**

	2009	2008
Prefeitura Municipal de Campo Largo	22.207	22.207
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	2.696	2.696
Demais Acionistas	97	97
Total	25.000	25.000

O Capital Social totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2009	2008
Prefeitura Municipal de Campo Largo	444.139.217	444.139.217
FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	53.929.780	53.929.780
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas, um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

**4.30. RESERVAS DE LUCROS**

	2009	2008
Reserva de Lucros	7.885	7.072

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembléia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

**4.31. CÁLCULO DOS DIVIDENDOS**

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de Dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.450 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Se não houvesse a opção do cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio, a base para os Dividendos mínimos obrigatórios do exercício seria como segue:

	2009	2008
Lucro Líquido do Exercício	2.263	4.652
(-) Reserva Legal	(113)	(233)
Lucro Líquido Ajustado	2.376	4.419
Dividendos Obrigatórios – 25%	537	1.105
(-) Juros s/Capital Próprio Imputados	(1.450)	(2.000)
Lucros superiores aos dividendos mínimos	1.987	3.105

**4.32. SEGUROS**

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

BEM SEGURADO	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
SEDE SOCIAL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Danos Elétricos / Vendaval/ Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves/ Roubo e/ou Furto de Valores e Bens / Responsabilidade Civil	14/11/2009 a 14/11/2010	765	4
ALMOXARIFADO	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Danos Elétricos / Vendaval/ Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves/ Roubo e/ou Furto de Bens/ Responsabilidade Civil	14/11/2009 a 14/11/2010	1.150	4
ASCEL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Vendaval, Granizo/ Roubo e/ou Furto de Bens/ Danos Elétricos	14/11/2009 a 14/11/2010	235	1
SUBESTAÇÃO	Incêndio, Queda de Raio e Explosão / Danos Elétricos / Equipamentos Estacionários / Vendaval, Fumaça	21/12/2009 a 21/12/2010	6.930	44
VEÍCULOS MOTOCICLETAS	Casco / Danos Materiais / Danos Corporais / Morte / Invalidez Permanente / Equipamentos Casco / Danos Materiais	05/06/2009 a 05/06/2010	Valor Mercado Referenciado	34
CÂMERA TERMOGRÁFICA	Coertura Básica / Danos Elétricos	02/09/2009 a 02/09/2010	131	9

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Até 31 de Dezembro de 2009, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbio, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados a moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados

para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

**Composição de saldos**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo Contábil	Valor de mercado (não auditado)
Disponibilidades	1.718	1.718
Aplicações financeiras	2.483	2.483
Consumidores, concessionários e permissionários	8.571	8.571
Fornecedores e contas a pagar	(4.157)	(4.157)
Empréstimos e financiamentos	(2.170)	(2.170)

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

**Disponibilidades e aplicações financeiras**

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

**Contas a receber**

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

**Gerenciamento de riscos**

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

**Risco de crédito**

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

**Concentração de risco de créditos**

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

**RESULTADO OPERACIONAL**

**4.34. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Classes	Nº consumidores		Consumo em MWh		Valor – R\$ (mil)	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Residencial	34.121	32.942	59.380	54.685	19.020	18.940
Industrial	460	437	109.083	112.344	23.770	23.300
Comercial	2.725	2.691	28.145	25.501	7.360	7.042
Rural	1.280	1.121	5.681	5.192	984	956
Poder Público	204	195	2.728	2.459	768	732
Iluminação Pública	1	1	9.857	9.857	1.520	1.628
Serviço Público	37	38	4.357	3.982	864	764
Consumo Próprio	2	2	110	112	-	-
Subtotal	38.830	37.427	219.341	214.132	54.286	53.362
ICMS					20.002	17.140
Fornecimento Não Faturado					508	(296)
TOTAL	38.830	37.427	219.341	214.132	74.796	70.206

**4.35. OUTRAS RECEITAS**

	2009	2008
Renda Prestação de Serviços	81	67
Serviço Taxado	310	278
Arrendamento e Aluguéis	327	305
Receitas não operacionais – reclassificada	85	5
Outros	22	30
Total	825	685

**4.36. QUOTA PARA RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO**

	2009	2008
Quotas Recolhidas no Exercício	425	428
Total	425	428

**4.37. PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA**

	2009	2008
Programa de Eficiência Energética	226	199
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	87	143
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico – FNDCT	87	85
Ministério de Minas e Energia – MME	36	43
Total	436	470

**4.38. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA**

	Em MWh		em R\$ (mil)	
	2009	2008	2009	2008
Copel – Compra de Energia	236.503	230.284	29.728	26.288
Passivo Financeiro – Resolução 243/2006 e 663/2008 - Aneel	-	-	1.326	-
Proinfra	-	-	857	444
Conta Compensação Parcela A - CVA	-	-	(373)	352
Crédito COFINS	-	-	(3.000)	(2.450)
Total	236.503	230.284	28.538	24.634

**4.39. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

A composição dos custos e despesas operacionais em 2009 e 2008, são as seguintes:

Natureza	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado	
				2009	2008
Pessoal	2.899	1.073	2.149	6.121	
Administradores	192	-	958	1.150	
Material	441	50	91	582	
Serviços de Terceiros	808	318	1.305	2.431	
Depreciação e amortização	1.850	11	117	1.978	
Provisões e Reversões	-	51	(40)	11	
Despesas Não Operacionais	16	83	-	99	
Outras	259	143	465	867	
Soma	6.465	1.729	5.045	13.239	

**2008**

Natureza	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado	
				2008	2009
Pessoal	2.427	1.163	2.299	5.889	
Administradores	153	-	774	927	
Material	327	43	281	651	
Serviços de Terceiros	744	319	1.312	2.375	
Depreciação e amortização	1.953	16	96	2.065	
Provisões e Reversões	-	(7)	178	171	
Despesas Não Operacionais	81	-	-	81	
Outras	298	124	124	546	
Soma	5.983	1.658	5.378	13.307	

**5. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2009, no valor de R\$ 361 mil, abaixo do montante máximo a ser pago, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

**6. RECONCILIAÇÃO DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2009	2008
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.487	4.625
Imposto de renda e contribuição social (34%)	506	1.573

Efeitos Fiscais Sobre:	(102)	(94)
(-) Participação nos Resultados	(11)	(16)
(-) Incentivos Fiscais	7	8
(+) Depreciação e Baixa Complementar	-	-
(-) Provisão para Devedores Duvidosos e contingência e de participação societária	(48)	69
(+) Adições Temporárias	-	124
(+) Doações	73	-
(-) Outros	(24)	(24)
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	401	1.640

**7. UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização – Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa "Luz para Todos", ou seja, 4 (quatro) etapas que deverão ser cumpridas, conforme discriminado no quadro abaixo: (valores informados em R\$ mil)

	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
Cocel	216	528	162	543	1.448
CDE	432	1.056	-	1.086	2.573
RGR	432	1.056	647	1.086	3.220
TOTAL	1.080	2.640	809	2.715	7.241

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Subsidiado.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Financiada.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

Dos montantes de financiamentos